

MULHERES E CRIANÇAS REFUGIADAS

Um problema crescente e dramático

*REFUGEE WOMEN AND CHILDREN
A growing and dramatic problem*

James Miyamoto¹ e José Ripper Kós²

Resumo

Ao final de 2022, estimava-se que houvesse 108,4 milhões de refugiados no mundo, vítimas de perseguição, conflito e violência. Dentre esse grupo, cerca de 55 milhões são mulheres. Igualmente dramático é perceber que aproximadamente 40% desse total, ou seja, 43,3 milhões, são crianças e adolescentes, muitos deles desacompanhados de suas famílias. Atualmente, uma em cada 80 pessoas no mundo é um refugiado. O objetivo principal da pesquisa é contextualizar a situação das mulheres e crianças refugiadas, que se encontram desprotegidas e frequentemente submetidas a fortes privações e opressões longe de seus locais de origem. Essas situações envolvem pobreza, medo, desamparo e desesperança, em vidas que, dentre outras agressões, são submetidas a estupros, casamentos precoces, abandono de incapaz e fome. A metodologia aplicada envolve revisão bibliográfica, através do cruzamento de informações provenientes de relatórios de instituições especializadas no tema dos refugiados, com ênfase em violência contra mulheres e crianças, além de artigos publicados em periódicos e livros desenvolvidos por pesquisadores reconhecidos.

Palavras-chave: pessoas deslocadas, migração forçada, vulnerabilidade social, violência de gênero.

Abstract

At the end of 2022, it was estimated that there were 108.4 million refugees in the world, victims of persecution, conflict and violence. Of this universe, around 55 million are women. Equally dramatic is realizing that around 40% of this total group, that is, 43.3 million are children and adolescents, many unaccompanied by their families. Today, one in every 80 people in the world is a refugee. The main objective of this research is to contextualize the situation of refugee women and children, unprotected and often subjected to severe deprivation and oppression far from their homelands. These situations involve poverty, fear, helplessness and hopelessness, in lives that, among other forms of violence, are subjected to rape, early marriages, abandonment of the incapable and hunger. The methodology applied involves a bibliographical review, through the crossing of information from reports from institutions specializing in the topic of refugees, with an emphasis on violence against women and children, as well as articles published in journals and books developed by recognized researchers.

Keywords: displaced people, forced migration, social vulnerability, gender violence.

¹ Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988. Mestrado no Departamento de Arquitetura, Faculdade de Engenharia, Nagoya University, 1992. Mestrado Profissional em Engenharia Ambiental, PEAMB/UERJ, 2010. Doutorado em Urbanismo, PROURB-FAU/UFRJ, 2006. Pós-doutorado em Urbanismo, PPGAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2019.

² Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987. Mestrado em Arquitetura na School of Architecture, Tulane University, EUA, 1992, PhD pelo Department of Architecture and Building Science da University of Strathclyde, Reino Unido, 2003, e Pós-Doutorado no Sustainable Building Research Centre, University of Wollongong, Austrália, 2014.

Introdução

Estimulado pela chamada da revista PIXO para sua 28ª edição, cuja temática é “OKUPAS”, o presente trabalho trata de “desocupação”: substantivo feminino. ato ou efeito de desocupar(-se). 1. saída de um lugar que se estava ocupando, em que se estava instalado, segundo definição do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR; MELLO FRANCO, 2001). O artigo descreve o tema dos refugiados, com foco particular nas mulheres e crianças. Grupos humanos desamparados que são obrigados a desocupar suas terras, esquecer suas origens e migrar para recantos nem sempre mais seguros ou aprazíveis. Uma solução dramática para pessoas inocentes, em situação de ameaça e opressão.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ao final de 2022, havia 108,4 milhões de refugiados no mundo, vítimas de “perseguição, conflito, violência, violações dos direitos humanos ou eventos que perturbam seriamente a ordem pública” (UNHCR, 2023, p. 2). Deste contingente, estima-se que 43,3 milhões, aproximadamente 40%, sejam crianças e adolescentes. Estima-se também que 51% deste universo sejam mulheres e meninas (UNHCR, 2023, p.16). Além do forte crescimento do número de refugiados ano após ano, atribui-se o expressivo aumento de 3% do número de mulheres em condição de refugiadas em relação ao ano anterior (2021) à invasão da Ucrânia pela Rússia. Estima-se que entre aqueles forçados a deixar a Ucrânia, muito possivelmente, cerca de 59 a 64% são mulheres e meninas. Esta guerra provocou uma das mais intensas ondas de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial. Entre 24 de fevereiro de 2022 e o final de 2022, 11,6 milhões de ucranianos fugiram de seus assentamentos nativos (UNHCR, 2023).

O mesmo relatório (UNHCR, 2023) revela que desta população total de refugiados, 62,5 milhões eram pessoas em situação de refúgio em seus próprios países. Tecnicamente, são chamadas de “Pessoas Deslocadas Internamente” (PDI) – em tradução simplificada do original *Internally Displaced People* (IDP). Em números semelhantes, Chloe Sydney e Alesia O’Connor (2022, p.4) se referem a 59,1 milhões de PDI em todo o mundo. Grande parte desta população não tem suas necessidades básicas supridas em relação à moradia, saúde, educação, alimentação e água potável. Para se visualizar esta brutal evolução do número de refugiados, deve-se citar uma outra pesquisa realizada anteriormente, no ano de 2018, pela *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC, 2020), em 50 países (em relação aos quais há disponibilidade de dados), em que se constata que havia aproximadamente 41 milhões de PDI no mundo. O estudo destaca que nestes números não foram contabilizados refugiados vitimados por desastres e pressões climáticas. De acordo com esta pesquisa, cerca de 21 milhões eram mulheres e meninas: “[h]avia pelo menos 2,6 milhões de meninas PDI com menos de cinco anos de idade; 4,6 milhões entre cinco e 14 anos; 3,9 milhões entre 15 e 24; 7,9 milhões entre 25 e 59 e 1,7 milhões de mulheres com mais de 60 anos” (IDMC, 2020, p.5).

O objetivo primário desta pesquisa é apresentar uma forma relativamente pouco debatida de violência: aquela relacionada a mulheres e crianças refugiadas. Dentre os objetivos específicos, busca-se contextualizar este grupo, desprotegido e frequentemente submetido a fortes privações e opressões longe de suas terras natais. Pretende-se alertar para as vulnerabilidades de suas vidas, através da descrição de situações que envolvem pobreza, medo e desesperança. A relevância da pesquisa reside na oportunidade de se destacar como um número fortemente crescente de mulheres e crianças vive em situação de refúgio, seja em países estrangeiros ou em seus próprios países (PDI). A metodologia de pesquisa envolve uma revisão literária e busca cruzar informações principalmente contidas em relatórios da Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Internacional para as Migrações (OIM) e *Internal Displacement Monitoring*

Centre (IDMC), dentre outras organizações multilaterais, com pesquisas prospectadas em artigos em livros e em periódicos, desenvolvidas por pesquisadores especializados no tema dos refugiados. O trabalho faz parte das pesquisas desenvolvidas nos últimos anos, no âmbito do Laboratório de Ecologia Urbana (PROURB-FAU-UFRJ).

O tema discutido nesta investigação encontra identidade em diversos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no que concerne, principalmente, à: Erradicação da Pobreza (ODS-1); Fome Zero e Agricultura Sustentável (ODS-02); Igualdade de Gênero (ODS-05); Redução das Desigualdades (ODS-10) e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS-16). O trabalho pretende despertar o interesse para este grave problema, de caráter essencialmente multidisciplinar, que precisa ser enfrentado com espírito humanitário e político.

Um crescente drama internacional

No dia 14 de dezembro de 1950, a *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR) – conhecida em português como Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) – foi criada por meio da Assembleia Geral das Nações Unidas. Este organismo multilateral, fundamentado nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), elaborou a “Convenção Relativa ao Status de Refugiados” em 1951, aprimorada por meio de um Protocolo em 1967, que estabelece a definição de “refugiados”:

[são pessoas], fora de seu país de nacionalidade ou residência habitual, que devido ao temor fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou por possuir opinião política, não pode ou não está disposto a valer-se da proteção daquele país; ou que, em consequência de tais acontecimentos, não possa ou não deseje regressar a ele (UNHCR, 1967, p.14).

Frequentemente, as migrações ocorrem entre países paupérrimos (MIYAMOTO, 2023), contudo, em geral, os grupos migrantes enfrentam uma pobreza multidimensional ainda mais severa do que as comunidades que os acolhem. Para um refugiado, o deslocamento implica em deixar para trás uma vida rica em nuances afetivas, materiais, familiares, econômicas e profissionais, entre outros aspectos. Como afirma Miyamoto (2023), “a migração forçada rumo a outra região ou país não é algo trivial. São desterritorializações que desfazem laços, memórias, identidades, desejos e bens”. Em uma pesquisa realizada com refugiadas sírias na ilha de Kos, Grécia, Freedman (2016, p. 21) identificou um sentimento generalizado de desalento: “‘Sinto-me como se tivesse perdido minha casa para sempre’, disse uma mulher síria, ecoando os sentimentos de muitas outras”.

Além da insegurança inerente ao deslocamento, que muitas vezes ocorre de forma precária em barcos superlotados e frágeis, veículos terrestres em condições deploráveis e longas caminhadas em desertos áridos, os refugiados enfrentam a privação de alimentos e água. Esta exaustiva jornada representa uma séria ameaça às suas vidas, resultando na perda de muitas delas.

Petra Molnar (2021), da Universidade de York, descreve a emergência humanitária dos refugiados que ocorre no paradisíaco Mar Egeu. No mesmo local onde turistas afortunados desfrutam, imigrantes, desesperados em sua fuga das patrulhas marítimas, enfrentam o afogamento. A guarda costeira, por meio da “interceptação no mar”, impede que os refugiados - geralmente sírios - após uma escala na Turquia, adentrem

o território grego e solicitem asilo diplomático. Aqueles que conseguem chegar ao solo do país são levados para um campo de refugiados em Samos - uma instalação com cercas de arame farpado e rigorosa vigilância eletrônica, capaz de abrigar 3.000 pessoas e que custou 38 milhões de euros.

Em junho de 2023, houve uma demonstração de falta de compaixão humana que expôs a maneira contraditória com que as autoridades lidam com a questão dos refugiados. Um barco pesqueiro com centenas de homens, mulheres e crianças afundou diante da Guarda Costeira da Grécia, que não tomou providências, argumentando que “não pode abordar um barco que não esteja envolvido em contrabando ou algum outro crime em águas internacionais” (HOROWITZ *et al.*, 2023). O desastre que resultou na perda de centenas de vidas pareceu criminalmente suspeito: “a decisão de não intervir levantou preocupações de que um alinhamento de interesses entre contrabandistas pagos para chegar à Itália e autoridades gregas que preferem que os migrantes sejam um problema da Itália levou a uma catástrofe evitável” (HOROWITZ *et al.*, 2023). Um vídeo de 11 de abril de 2023 parece corroborar essa negligência com vidas. Ele mostra a Guarda Costeira da Grécia abandonando refugiados, incluindo crianças, à própria sorte em um barco inflável (<https://www.nytimes.com/2023/05/19/world/europe/greece-migrants-abandoned.html>). Somente no primeiro semestre de 2023, estima-se que dos cerca de 90.605 refugiados, 11.600 eram crianças - ou seja, 16,7% do total. Elas atravessaram o Mar Mediterrâneo, vindo do Norte da África com o objetivo de chegar à Europa. Segundo a UNICEF (2023), a maioria das crianças parte da Líbia e da Tunísia, após terem realizado viagens perigosas a partir de países da África e do Oriente Médio. Dessas, 289 perderam a vida entre janeiro e junho de 2023. Isso significa que, em média, 11 crianças morreram a cada semana nessa situação (UNICEF, 2023). Cerca de 71% das crianças estavam desacompanhadas, sujeitas a grandes riscos de violência, exploração e abuso. Como mencionado anteriormente, as mulheres desacompanhadas sofrem diferentes formas de abuso. Segundo a UNICEF (2023), “as meninas que viajam sozinhas são especialmente propensas a sofrer violência antes, durante e depois das suas viagens”. Desde 2018, a UNICEF estima que 1.500 crianças morreram nesta travessia. De acordo com um documento publicado em 2022 sobre crianças refugiadas e migrantes que chegaram à Bulgária, Chipre, Grécia, Itália, Malta e Espanha em 2021, das 24.147 crianças e adolescentes, cerca de 71%, ou seja, 17.185 indivíduos, migraram desacompanhadas (UNHCR *et al.*, 2022).

Traficantes e contrabandistas representam uma ameaça particular para as mulheres refugiadas. Como relata Freedman (2016):

[a]s mulheres que viajam sozinhas ou apenas com crianças são particularmente vulneráveis a ataques, e durante minhas entrevistas houve vários relatos de mulheres que foram estupradas ou agredidas sexualmente em suas viagens. (...). Várias (...) mulheres entrevistadas falaram sobre a violência que sofreram nas mãos de contrabandistas, incluindo violência sexual e também a pressão para praticar relações sexuais em troca do valor da passagem, quando não possuíam dinheiro suficiente para pagar pela viagem (p. 21).

As mulheres, ao se estabelecerem em novos locais, geralmente enfrentam desafios mais árduos do que os homens na busca por meios de subsistência, emprego, moradia, segurança, além do acesso a serviços de saúde e educação. Sua condição de imigrante limita as oportunidades, devido à ausência de fatores como integração e apoio da comunidade local, documentação adequada, treinamento profissional, nível de escolaridade suficiente, proficiência em idioma estrangeiro, entre uma série de obstáculos. Esses fatores resultam em discriminações culturais, comportamentais e sociais, que se manifestam em formas de violência contra grupos como mulheres,

crianças e idosos, minorias étnicas, comunidade LGBTQI e pessoas com deficiência. Como é amplamente conhecido, “os desequilíbrios de gênero no emprego, especialmente no que se refere a rendimentos, são uma experiência universal para as mulheres. No entanto, as mulheres refugiadas enfrentam barreiras adicionais de natureza regulatória, administrativa e discriminatória” (KABIR; KLUGMAN, 2019, p.11), conforme destacado na publicação intitulada “*Unlocking refugee women’s potential*” – em tradução livre, “Desenvolvendo o potencial das mulheres refugiadas”. De acordo com o mesmo documento, refugiadas, assim como outras mulheres migrantes, muitas vezes se encontram em setores que exigem baixa especialização, sendo subvalorizadas e remuneradas de maneira insuficiente, frequentemente em empregos informais, como serviços domésticos. A falta de apoio financeiro institucional é notavelmente evidente:

quando as mulheres trabalham como empregadas domésticas, são muitas vezes forçadas a trancar os filhos nos seus pequenos apartamentos e a deixá-los sozinhos durante todo o dia. Incapazes de levar os filhos à escola ou de buscá-los, muitas mulheres são forçadas a escolher entre ganhar a vida ou educar os filhos (CAMPBELL e DUPLAT, 2010, p. 4).

Os baixos níveis educacionais das refugiadas dificultam a integração, a ascensão social e a promoção da igualdade de gênero. Essa situação é exacerbada pela origem dos refugiados, que em sua maioria vêm de países subdesenvolvidos, e os desafios são agravados pelo desamparo social nos países que os recebem. Para ilustrar, em 2022, os 15 principais países de origem dos refugiados foram, em ordem: Síria, Ucrânia, Afeganistão, Sudão do Sul, Myanmar, República Democrática do Congo, Sudão, Somália, República Centro-Africana, Eritreia, Nigéria, Burundi, Iraque, Ruanda e Venezuela (STATISTA, 2022). Atualmente, os países que mais abrigam refugiados são Turquia, República Islâmica do Irã, Colômbia, Alemanha e Paquistão (UNHCR, 2023).

Em um estudo conduzido por Dryden-Peterson (2010, p.10), foi constatado que entre os refugiados, um quarto não tem acesso à educação primária e dois terços não têm acesso à educação secundária. Além disso, doadores e agências resistem a apoiar o ensino superior, argumentando que isso beneficiaria apenas uma pequena elite. A autora destaca que, de acordo com a “Convenção Relativa ao Status de Refugiados” (1951), os Estados signatários deveriam conceder aos refugiados o mesmo tratamento dado aos cidadãos nativos em relação à educação primária (DRYDEN-PETERSON, 2010, p. 12). No entanto, isso muitas vezes não acontece na prática.

Outros dados que ilustram a situação são os seguintes: em uma pesquisa realizada em 2017, mais de um quarto das crianças que migraram para a Itália pela rota mediterrânea central nunca frequentou uma instituição de ensino. Da mesma forma, entre as crianças que migraram do Afeganistão e Iraque pela rota mediterrânea oriental e chegaram a países como Sérvia, Grécia, República da Macedônia do Norte, Hungria e Bulgária, aproximadamente um terço nunca esteve em uma escola (UNHCR *et al.*, 2019, p. 3). Isso demonstra que muitas crianças, mesmo estando na Europa, não têm acesso à educação. Poucos países, como Bélgica, Bulgária, Finlândia, Itália, Holanda, Espanha e Suécia, aceitam explicitamente estudantes sem documentação em escolas de ensino fundamental (UNHCR *et al.*, 2019, p. 4). No entanto, fatores como barreiras linguísticas, a necessidade de mudanças frequentes de residência devido à instabilidade econômica e social, distância das escolas, custos com materiais e transporte escolar, falta de compreensão das informações escolares por parte dos estudantes e suas famílias, falta de apoio psicossocial, preconceito e discriminação, entre outros, podem limitar as oportunidades educacionais - e, por conseguinte, as oportunidades profissionais - para crianças que se deslocaram com famílias que

abandonaram quase todos os seus bens materiais e imateriais ou, em casos mais graves, para aquelas que chegaram completamente sozinhas em busca de uma nova territorialidade (UNHCR *et al.*, 2019, p. 7). A educação para crianças refugiadas deveria ser vista como ‘o caminho mais seguro para recuperar um sentido de propósito e dignidade após o trauma do deslocamento. É - ou pelo menos deveria ser - o caminho para os mercados de trabalho e a independência econômica, marcando o fim de meses, ou às vezes anos, de dependência de outros’ (UNHCR, 2019, p. 5). Dryden-Peterson oferece outra contribuição para o reconhecimento do papel da educação para pessoas que muitas vezes passam grande parte de sua infância e juventude como refugiadas:

cada vez mais, e mais ainda nas economias baseadas no conhecimento, a segurança futura está menos ligada à terra, e a política do ACNUR começou a refletir uma segunda possível solução duradoura de integração local no país de asilo. Esta mudança de pensamento e de política inclui a oferta de educação, que é muitas vezes vista como estando no lado do desenvolvimento como uma continuidade entre a ajuda humanitária e a ajuda ao desenvolvimento (DRYDEN-PETERSON, 2010, p. 12).

Algumas pesquisas relatam uma ocorrência relativamente maior de casamentos de indivíduos muito jovens, principalmente meninas, em situações extremas como em conflitos, deslocamentos forçados e insegurança alimentar (MELNIKAS *et al.*, 2020; MOURTADA *et al.*, 2017). Em estudo realizado em 2017, estimam-se que entre 37,3% das adolescentes sírias refugiadas no Líbano, com até 17 anos, já foram ou são casadas (UNFPA *et al.*, 2017). Em outra pesquisa comparativa desenvolvida por Melnikas *et al.* (2020), ainda sob este tema, conclui que há mais casamentos de meninas entre os Rohingya que se refugiaram em Bangladesh do que no universo daquelas que permaneceram em seu país natal Myanmar. Muitas delas se casam precocemente, ainda adolescentes ou mesmo crianças, dentre outras razões, como forma de suposta (ou ilusória) proteção de psicopatas (estupradores), traficantes de pessoas ou grupos paramilitares. São atitudes que frequentemente resultam da combinação de desespero, ingenuidade, religião e contingências sociais ou econômicas. Muitas vezes, como se sabe, um parente próximo ou o próprio cônjuge é o agressor doméstico. Lamentavelmente, este é um fato recorrente, aliás, entre quaisquer grupos sociais humanos.

Manifestações sindêmicas (SINGER, 1996) – em linhas gerais, situações que envolvem comorbidades sociais, - fazem-se presentes, ao se verificarem que há a incidência de mais casos de “doenças sexualmente transmissíveis, incluindo AIDS, particularmente quando a diferença de idade entre a menina e o cônjuge é significativa” (MOURTADA *et al.*, 2017, p. 53). Há ainda outros dados perniciosos, como a grande incidência de mortes de mães e recém-nascidos e a interrupção dos estudos pelas jovens depois de se tornarem mães: “apesar da ocorrência afetar ambos os sexos, as meninas normalmente são mais afetadas que os meninos” (MOURTADA *et al.*, 2017, p. 53).

De volta ao tema da educação, justificada pela pertinência do tema inclusive neste contexto específico, a persistência (ou continuidade) no estudo pode ser um relevante caminho para a independência social e econômica das meninas. Os casamentos em idades precoces, nestes casos, tendem a diminuir. Além disso, evidentemente, novas oportunidades profissionais se abrirão com perspectivas de desejável integração social e objetivos pessoais mais promissores que poderão se refletir em maior qualidade de vida e melhor equilíbrio de gênero. Os organismos multilaterais como a própria UNHCR e UNICEF devem (ou deveriam) estar comprometidos em acolher e oferecer condições para a qualificação escolar das crianças e jovens refugiados, em sentido exatamente oposto ao que é normalmente corrente nos assentamentos de refugiados. Hoje,

gerações inteiras são relegadas a um esquecimento que não as integra socialmente, nem tampouco as prepara para o futuro.

Em muitos países da África e Oriente Médio, a prática da mutilação genital feminina (MGF) é corrente. A UNHCR (2009, p. 5) “considera a prática uma forma de violência de gênero que causa danos graves, tanto mentais quanto físicos”. Segundo pesquisa realizada em 2004 com refugiadas da Somália que vivem na Etiópia oriental, 42,4% das meninas até 12 anos haviam sido mutiladas genitalmente: “[o] corte do clitóris (64%) e o estreitamento da abertura vaginal através da sutura (36%) foram as duas formas comuns de MGF relatadas pelas entrevistadas” (MITIKE e DERESSA, 2009, p. 7). O pouco interesse por assunto tão importante parece ter explicação na prioridade dada aos temas da comida, abrigo e saúde em contextos humanitários: “A MGF é uma prática profundamente enraizada perpetuada por normas e tradições culturais que podem transcender fronteiras, como evidenciado pela persistência da prática mesmo após o refúgio” (ELNAKIB e METZLER, 2022, p. 10). Entretanto, é importante ressaltar que meninas ou mulheres que não desejarem sofrer uma prática desta natureza, ou seja, uma MGF, podem solicitar a condição de refugiada, por se tratar de violação dos direitos humanos. O problema é que, por questão cultural ou receio de punição, poucas se insurgem contra esta forma de violência.

Pessoas deslocadas internamente (PDI): refugiadas internas

Em 1998, foi aprovado o *Guiding Principles on Internal Displacement* no âmbito da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Trata-se do reconhecimento da gravidade deste problema que na época afetava, diretamente, 25 milhões de pessoas:

[s]epara famílias, corta laços sociais e culturais, destrói relações laborais estruturadas, perturba oportunidades educativas, nega acesso a necessidades vitais como alimentação, abrigo e medicamentos, e expõe pessoas inocentes a atos de violência como ataques a campos, desaparecimentos e violações (United Nations [UN], 1998, p. 2).

De acordo com dados coletados em 2018 pelo Centro de Monitoramento de Deslocamento Interno (*Internal Displacement Monitoring Centre* [IDMC], 2020) em 50 países onde havia disponibilidade de dados, existiam pelo menos 41 milhões de Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) no mundo devido a conflitos políticos, civis, religiosos, preconceitos e outros fatores que resultam em violência e deslocamento. Vale ressaltar que esses números não incluem os refugiados afetados por desastres naturais e pressões climáticas, que sofrem diretamente com a escassez de água e alimentos.

Um aspecto crucial dessa pesquisa é a identificação de que entre essas pessoas, cerca de 21 milhões eram mulheres e meninas: “[h]avia pelo menos 2,6 milhões de meninas PDI com menos de cinco anos de idade; 4,6 milhões entre cinco e 14 anos; 3,9 milhões entre 15 e 24; 7,9 milhões entre 25 e 59 e 1,7 milhão de mulheres com mais de 60 anos” (IDMC, 2020, p. 5). Em 2018, nove países tinham mais de um milhão de mulheres e meninas em situação de deslocamento interno, incluindo Síria, Colômbia, República Democrática do Congo, Somália, Afeganistão, Iêmen, Nigéria, Etiópia e Sudão. Esses países são em grande parte subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com sérias disparidades socioeconômicas e recursos limitados para apoio social. Uma pesquisa realizada no Iraque com PDI revelou que cerca de um terço dessas pessoas estava sujeito a violência de gênero (SYDNEY e O’CONNOR, 2022, p. 7).

No entanto, é importante destacar que esse número tem crescido de forma acentuada nos últimos anos. Enquanto em 2018 havia 41 milhões de PDI, como mencionado anteriormente, estimava-se que ao final de 2022 esse número havia aumentado para 71,1 milhões em todo o mundo (IDMC, 2023). Para termos uma ideia, a população global cresce em torno de 1% ao ano. No entanto, o número de refugiados aumenta a uma taxa anual de aproximadamente 10%. Por outro lado, a população de PDI tem crescido a uma taxa impressionante de 20% ao ano. A invasão da Ucrânia pela Rússia contribuiu significativamente para esse aumento, resultando em cerca de 16,9 milhões de novos PDI. Aproximadamente 75% de todos os PDI do mundo residem em apenas 10 países: Síria, Afeganistão, República Democrática do Congo, Ucrânia, Colômbia, Etiópia, Iêmen, Nigéria, Somália e Sudão (IDMC, 2023).

A necessidade de focar na situação dos PDI é crucial para ilustrar que as mulheres e crianças refugiadas não estão seguras nem mesmo em seus próprios países. Pelo contrário, muitas vezes estão expostas a condições de violência semelhantes às aquelas enfrentadas por aqueles que buscam refúgio em outros países:

PDI (...) não evoca automaticamente qualquer imagem identificável de angústia. Não transmite o fato de que, em muitos casos, estas pessoas são as mais destituídas dentre os desfavorecidos, as mais expostas à fome, às doenças e aos abusos por parte dos governos e dos movimentos rebeldes, as populações com as taxas de mortalidade mais elevadas registradas entre todos aqueles que os humanitários procuram ajudar. Ou que são, na sua esmagadora maioria, mulheres e crianças, os mais vulneráveis dos vulneráveis (WEISS e KORN, 2006, p. 15).

A situação do Haiti é extremamente preocupante e merece destaque. Como a primeira nação independente do Caribe e da América Latina, o país tem enfrentado uma série de crises ao longo do tempo, incluindo crises políticas, surtos de doenças, catástrofes naturais e violência. Infelizmente, esses eventos têm afetado principalmente as mulheres e crianças.

Em 2010, um devastador terremoto atingiu a capital, Port-au-Prince, resultando na trágica perda de 220.000 vidas, deixando 300.000 feridos e 1,5 milhão de pessoas desabrigadas. Além disso, a destruição da principal fonte econômica, a agricultura, levou a uma significativa migração para áreas urbanas. A situação atual é ainda mais grave, com um alarmante tráfico de armas em curso e uma classe política enraizada com características ditatoriais.

A história do país remonta aos tempos dos grupos armados que orbitavam em torno do ditador François “Papa Doc” Duvalier (1957-1971), e desde então, os grupos paramilitares, ou seja, as gangues, assumiram o controle de grande parte da região metropolitana da capital em 2021. No mesmo ano, o assassinato do Presidente Jovenel Moïse foi seguido por um novo terremoto, cujo epicentro ocorreu a 13 km do sudeste de Petit-Trou de Nippes, resultando na destruição de mais de 115.000 residências, na perda de 2.246 vidas e no deslocamento de centenas de milhares de pessoas (IOM, 2022).

Ao final de 2022, devido ao acúmulo desses problemas, o Haiti contava com aproximadamente 106.000 PDI, um contingente cinco vezes maior do que no ano anterior. Estima-se que em Port-au-Prince, pelo menos 1,5 milhão de pessoas estejam sob o controle ou influência dessas gangues, que frequentemente se envolvem em rivalidades violentas. Infelizmente, a violência sexual é usada como uma demonstração de poder. Há relatos de sequestros de mulheres, que são submetidas a abusos sexuais

e espancamentos, seguidos de pedidos de resgate para sua libertação. Diante da extrema miséria, angústia e da falta de suporte econômico e humanitário, muitas famílias se veem encorajadas a permitir que as mais jovens se envolvam em relações sexuais com esses milicianos em troca de alimentos, água potável e uma ilusória sensação de “proteção”. A situação no Haiti é um apelo urgente por intervenção humanitária e apoio internacional:

[p]elo menos um terço das mulheres em todo o mundo são vítimas de Violência Baseada em Gênero (VBG) e das consequências que esta acarreta para a saúde e o desenvolvimento. No Caribe, o Haiti apresenta elevados níveis de VBG, em particular relacionados com as preocupantes taxas de incidência de violência doméstica. A violência física afeta 29% das mulheres com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos no país. Em 45% dos casos, o ato de violência é perpetrado pelo parceiro íntimo (MacPHAIL *et al.*, 2023, para. 1).

O clima de impunidade e a falência institucional do Estado favorece diversas inseguranças como a alimentar, patrimonial e pessoal: “[n]este contexto, as unidades policiais especializadas não têm sido capazes de enfrentar de forma significativa os crimes sexuais envolvendo elementos de gangues devido a desafios estruturais, como a insuficiência de recursos e a falta de sensibilidade [às questões de] gênero” (United Nations Integrated Office for Haiti [BINUH] & Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights [OHCHR], 2022). O caso do Haiti é representativo dos PDI. Cidadãos que não encontram paz em seu próprio país e que não veem futuro para suas comunidades e suas famílias. Um tipo de refugiado, em geral, pouco conhecido, mas que merece ser estudado e, mais importante, tratado com dignidade pelas instituições mundiais competentes.

Como vivem as mulheres e crianças refugiadas

A pesquisa de Miyamoto (2023) destacou que muitos refugiados são dispersos em assentamentos precários, seja em países pobres como Uganda, Sudão, Etiópia e Camarões; em países em desenvolvimento como Colômbia e Turquia; ou em países desenvolvidos como Espanha, Itália, Suécia e Alemanha. Além disso, alguns são agrupados em guetos, que geralmente concentram pessoas por afinidade étnica. Um estudo de 2014 constatou que, naquela época, dos 59,2 milhões de refugiados no mundo (UNHCR, 2020), apenas 17 milhões viviam em campos de refugiados (SIEGFRIED, 2014).

As desigualdades econômicas são uma questão tradicionalmente presente nesse contexto, e os compromissos familiares e domésticos amplificam os problemas, especialmente para as mulheres. Uma pesquisa realizada em 2014 com mulheres sírias, que eram chefes de família e haviam se refugiado na Jordânia, Líbano e Egito, revelou uma ampla gama de desafios relacionados a habitação, alimentação, saúde, emprego e segurança financeira, além de mudanças nos papéis familiares, isolamento e violência sexual e de gênero (UNHCR, 2014).

A Primavera Árabe, que teve início em 2010 e se estendeu até 2011, foi o catalisador para a fuga de milhares de pessoas, inicialmente da Tunísia, Egito e Líbia, e posteriormente da Síria em 2011. Esse evento teve um impacto significativo na dinâmica dos refugiados na região:

[q]uaisquer que fossem as circunstâncias, todas as mulheres entrevistadas tiveram de navegar num novo ambiente desconhecido

e muitas vezes enervante. A maioria enfrentou uma luta diária para encontrar dinheiro suficiente para pagar o aluguel, comprar alimentos e itens básicos ou ter acesso a serviços como cuidados de saúde. Suas histórias eram muitas vezes comoventes: mães tendo que passar horas levando seus filhos doentes ao hospital para tratamento; as mães não têm escolha senão deixar os filhos trabalhar ou deixá-los sozinhos para encontrar uma maneira de ganhar dinheiro (UNHCR, 2014, p. 10).

Os relatos das mulheres sírias estão permeados de preocupação com o bem-estar de seus filhos. Muitas delas mencionam as responsabilidades assumidas por seus filhos, como buscar empregos, realizar tarefas e adotar uma postura protetora como adultos. As meninas também são forçadas a assumir responsabilidades adicionais, como cuidar dos irmãos e realizar mais tarefas domésticas (UNHCR, 2014, p. 12).

No caso das mulheres sírias chefes de família refugiadas no Líbano, a maioria delas relata receber vales-alimentação do Programa Mundial de Alimentos (WFP), e apenas dois terços afirmam ter comida suficiente. No entanto, um terço delas não possui esse suporte. Esse grupo depende principalmente de doações de instituições e de ajuda ocasional de amigos ou parentes. Mesmo para aqueles que são considerados “mais afortunados” por receberem ajuda assistencial, sabem que os vales-alimentação são suficientes apenas para compras muito básicas. Isso significa que não têm a capacidade de adquirir uma variedade de produtos, como frutas e proteínas, e naturalmente estão preocupadas com a saúde de seus filhos. Sem alternativas, muitas vezes precisam vender os vales-alimentação para comprar remédios e materiais de limpeza (UNHCR, 2014, p. 18).

Um estudo conduzido pelo Banco Mundial contextualiza e relativiza a correlação específica entre gênero e pobreza entre os refugiados. A pesquisa observa uma variação entre os países analisados (Etiópia, Nigéria, Somália, Sudão do Sul e Sudão) que impede uma afirmação categórica sobre se há mais homens ou mulheres chefes de família enfrentando pobreza multidimensional (ADMASU *et al.*, 2021). No entanto, em uma perspectiva global e considerando diferentes realidades sociais e econômicas, algumas variáveis impactam diretamente (e quase exclusivamente) as mulheres, tornando suas vidas mais complexas. Isso inclui a jornada dupla de trabalho, envolvendo tanto o cuidado familiar quanto a profissão, além da condição civil solitária de muitas mulheres consideradas chefes de família, muitas vezes devido a serem “viúvas, divorciadas, separadas ou solteiras” (ADMASU *et al.*, p. 4). É importante notar que em muitos países, o trabalho não remunerado em casa, envolvendo o cuidado de filhos e idosos, além das tarefas domésticas, geralmente realizado por mulheres, não é reconhecido como contribuição ao casamento. Vale ressaltar também que “não existe país no mundo em que os homens dediquem a mesma quantidade de tempo ao trabalho não remunerado que as mulheres” (ALBRECHT *et al.*, 2021, p. 40). Em casos de divórcio, a menor oportunidade de participação em atividades remuneradas durante o casamento - o que naturalmente resulta em menor aquisição de ativos - prejudica as mulheres (ALMODÓVAR-RETEGUIS, 2019). Isso significa que, além de enfrentarem dificuldades para criar uma reserva financeira ou adquirir propriedades, elas muitas vezes não têm um ativo que possa ser usado como garantia imobiliária:

[s]em poderem comprar ou alugar uma casa, elas podem acabar vivendo em acampamentos ou assentamentos informais onde poucas oportunidades de subsistência estão disponíveis. O deslocamento interno pode ter um impacto duradouro na capacidade das mulheres de acessar e manter meios de subsistência (IDMC, 2020, p. 13).

O isolamento da estrutura familiar e comunitária expõe as mulheres refugiadas, mais uma vez, aos oportunismos relacionados ao tráfico de pessoas. A falta de suporte social, comunitário, pessoal ou legal, insegurança alimentar, falta de oportunidade de trabalho (ADMASU *et al.*, 2021), por exemplo, pode levar a situações dramáticas: “A perda de oportunidades de subsistência associada a o deslocamento também é uma fonte de insegurança para mulheres e meninas. Elas podem ser forçadas a se envolver em relações por sexo para sobreviver, com maiores riscos de violência e abuso” (IDMC, 2020, p. 14), inclusive acarretando uma incontornável e insolúvel discriminação associada ao “sexo comercial”.

Discussão

A maior parte dos refugiados reside em áreas urbanas, em condições precárias e temporárias. Essa precariedade não é restrita a países de baixa renda; mesmo em países como a Itália, foi constatado que em cidades ao norte do país, como Ventimiglia, Como, Gorizia e Bolzano, existem dezenas de assentamentos não-oficiais onde os refugiados enfrentam a falta de acesso a necessidades básicas. Em 2017, foram registrados 183.681 refugiados e solicitantes de asilo na Itália, muitos dos quais ocupavam prédios abandonados ou ocupados (53%), viviam ao ar livre (28%), em barracas (9%), barracos (4%) e contêineres (2%). Essa situação ocorreu em várias partes do país, especialmente na região do Lazio, seguida de Puglia, Sicília, Calábria e Piemonte (Médecins Sans Frontières [MSF], 2018, p. 37).

A pesquisa “Mulheres Solitárias”, que foi realizada com refugiadas sírias em diversas localidades de diferentes países (Jordânia, Líbano e Egito), revelou uma diversidade de tipos de abrigo, todos caracterizados pela falta de segurança e proteção:

[n]o campo de Za’atari, na Jordânia, as refugiadas residem em tendas e trailers, enquanto no Líbano algumas vivem em abrigos coletivos e barracos informais. Há apartamentos e casas também, mas muitos estão em más condições. Algumas refugiadas descobrem que a sua nova casa é uma garagem úmida, outras descobrem que estão num quarto sem luz ou longe dos serviços mais básicos. Muitas vezes, as mulheres e os seus filhos são forçados a viver em condições precárias e [em instalações] superlotadas, sem condições básicas (UNHCR, 2014, p. 15).

Moradia representa um desafio significativo para os refugiados, como tem sido frequentemente destacado. Independentemente de gênero ou idade, muitos optam por viver fora dos campos de refugiados, mesmo que isso implique em ter que arcar com despesas de aluguel. Existem explicações compreensíveis para essa escolha, apesar dos custos relativamente elevados associados a viver fora dos campos de refugiados:

[a]s prolongadas permanências no campo, sem perspectivas claras, levam a uma perda de identidade e independência. Nenhuma qualificação profissional e educacional é oferecida e há forte baixa autoestima humana. Um assistencialismo precário leva ao desperdício da capacidade humana [e] solapa a dignidade (MIYAMOTO, 2023, p. 8).

Além disso, os campos de refugiados são intrinsecamente frágeis e instáveis, sendo frequentemente alvo de críticas, mesmo quando suas instalações atendem aos parâmetros estudados e planejados. Duas publicações predominam no planejamento de campos de refugiados: *Camp site planning minimum standards* (UNHCR, 2019a) e o

The Sphere Handbook: Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response (SPHERE ASSOCIATION, 2018), sendo este último consideravelmente mais abrangente. Ambos estabelecem padrões quantitativos e qualitativos para atender a causas humanitárias e necessidades básicas.

Os critérios e dados referenciais da UNHCR (2019a) para campos de refugiados estabelecem uma média mínima de 30m² por pessoa, abrangendo áreas para vias, caminhos pedonais, instalações educacionais, saneamento, segurança, administração, armazenamento de água, pontos de distribuição, mercados, armazenamento de itens de socorro e, claro, espaços para abrigos. Além disso, são previstos 15 m² para áreas livres, incluindo hortas. Estas são referências emergenciais destinadas a proporcionar uma certa qualidade de vida para populações fragilizadas. No entanto, compreende-se que as desigualdades que afetam a viabilidade em relação a densidades, quantidades, distâncias, proporções, entre outros, são críticas.

Kennedy (2005), por sua vez, questiona as proporções sugeridas por ambas as organizações, levando em conta as dinâmicas sociais e demográficas. Segundo ele, um assentamento planejado para cerca de 20.000 pessoas deveria ter entre 100% a 150% a mais de área do que a proporção estipulada pela UNHCR (2019a). Em suas pesquisas, várias incongruências foram identificadas entre os parâmetros estabelecidos nos manuais de emergência da UNHCR e da Sphere Association e a realidade do dia a dia, sugerindo que uma revisão das informações e dados publicados seja necessária. Kennedy (2005) também propõe uma hierarquia de diferentes espaços interligados e a realização de projetos participativos que reflitam, na maior medida possível, os desejos da comunidade local.

A vida nos campos de refugiados impõe uma condição peculiar. Uma temporalidade indefinida que mina as esperanças: “[os] campos de refugiados estabelecem uma espécie de quarentena social diante dos riscos humanitários e geopolíticos” (AGIER, 2008, p.61). Em Lesbos, em 2018, observou-se um aumento nas tentativas de suicídio entre crianças, em meio ao clima de tensão causado pela violência, confinamento e falta de perspectivas (MSF, 2018). É um isolamento social em meio a uma crise, sem a promessa de um fim à vista. Não há progresso social, pois a falta de liberdade, a negligência na educação das gerações de refugiados e a ausência de oportunidades de integração social transformam a vida em um exercício de resignação. Dessa forma, reforça-se a visão de que mulheres e crianças são uma parte especialmente vulnerável dos refugiados. As crianças perdem uma fase única da infância, com a ameaça de uma vida sem diversidade e sonhos.

Na fase de conclusão desse artigo, o grupo fundamentalista teocrático palestino, não democrático, Hamas, - um acrônimo em árabe de *Harakat Al-Muqawama Al-Islamiyya*, em tradução livre “Movimento de Resistência Islâmica”, - que controla a Faixa de Gaza, iniciou, em 07 de outubro de 2023, o mais violento ataque à Israel dos últimos tempos. Mais de mil israelenses morreram e outros três mil ficaram feridos e centenas tornaram-se reféns (WI, 2023). Em 12 de outubro de 2023, o Ministro da Saúde da Palestina, Mai Alkaila, informou que, desde que Israel revidou o ataque do Hamas, pelo menos 1.537 palestinos, incluindo 500 crianças e 267 mulheres, haviam sido mortas, além de 6.612 pessoas feridas (MAGRAMO *et al.*, 2023). No mesmo dia, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (em inglês, *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*, OCHA) estimava que 338.000 pessoas estavam desabrigadas, das quais 218.000 são PDI que se encontravam refugiadas em escolas. No dia seguinte, levadas de palestinos do norte da Faixa de Gaza, da ordem de grandeza de um milhão de pessoas, fugiram para o sul do território sitiado, diante da ameaça das forças militares de Israel em invadir as terras controladas pelo Hamas. A esperança é a transposição da fronteira de Gaza com o

Egito, através da cidade palestina de Rafah. O bloqueio de Israel ao acesso à água, eletricidade, combustível e alimentos em Gaza, base indispensável à sobrevivência, impactará a todos, principalmente a população civil. Mesmo o ingresso de grupos humanitários vem sendo limitado. Há um clima de calamidade, com uma multidão de pessoas desabrigadas, mortas, reféns e muitas escondidas em *bunkers*. Enquanto líderes internacionais, organismos multilaterais, imprensa e segmentos políticos e culturais, dentre outros, discutem o termo “terrorismo”, o sofrimento de mulheres e crianças indefesas é apresentado pelos dois lados, Hamas e Israel, como forma de expor a culpa do inimigo.

É fundamental o entendimento de que o Direito Internacional Humanitário distingue combatentes e civis, de forma a proteger e proibir o uso de meios e instrumentos que sejam particularmente cruéis aos civis. Populações inocentes, que incluem mulheres, crianças e idosos, não podem estar submetidas às barbáries relacionadas a conflitos militares de quaisquer ordens, interesses ou extensões. Ao contrário, toda a população civil deve ser assistida, principalmente por organismos multilaterais, nas situações que ameacem suas vidas e dignidades, como tem sido debatido e alertado nas pesquisas mais recentes do Laboratório de Ecologia Urbana (PROURB-FAU-UFRJ).

Considerações finais

Apenas estabelecer parâmetros de proporção ou dimensão não é suficiente para garantir uma melhor qualidade de vida nos campos de refugiados, embora sejam referências fundamentais. A atmosfera coletiva desses assentamentos não apenas cria uma sensação de falta de liberdade, mas, o que é ainda mais prejudicial, leva à perda de perspectiva de um futuro, algo essencial para o bem-estar. De fato, pode-se argumentar que isso reflete a mesma falta de perspectiva enfrentada por aqueles que vivem fora dos campos de refugiados.

Problemas como a falta de apoio humanitário, que resultam em fome, habitação precária, desemprego, interrupção da educação, violência e desespero pessoal, são comuns a ambos os grupos. No entanto, não se pode esquecer de um terceiro grupo: as Pessoas Deslocadas Internamente (PDI), que enfrentam problemas semelhantes, mas no contexto doméstico de seus próprios países. Entre todos esses grupos, as mulheres e as crianças são as mais vulneráveis, especialmente em contextos de violência, opressão, exploração e desamparo, como foi evidenciado ao longo deste trabalho.

Como temos visto, abordar os problemas dos refugiados envolve uma abordagem multidisciplinar em diferentes níveis: individual, comunitário e internacional. A integração social nos territórios de acolhimento deve ser realizada com cuidado e atenção. É uma tarefa complexa, pois os locais que recebem os refugiados muitas vezes enfrentam suas próprias carências sociais e econômicas. Uma ação coletiva envolvendo países desenvolvidos, organizações do terceiro setor, agências multilaterais e setor privado pode ser o caminho desejável para enfrentar esse problema junto à sociedade civil e às estruturas institucionais que acolhem os refugiados.

A questão dos refugiados representa uma condição que reflete as muitas lacunas e desafios de um mundo que lida de forma cínica com desigualdades, discriminações, conflitos culturais e negligências sociais relacionadas a gênero, classe, etnia, religião e outras categorias.

Como visto, atualmente, há 108,4 milhões de refugiados no mundo, sendo que deste universo aproximadamente 51% são mulheres e crianças. A forte violência e desamparo sofrido particularmente por esse segmento merece um sinal de alerta. Há o agravante de que é um problema crescente. Ações concretas precisam ser tomadas de forma a acolher pessoas que estão abandonadas a própria sorte. A falta de perspectiva de vida leva-as, - indistintamente, mulheres ou meninas, - à prostituição na busca do mínimo para viver, ao casamento em idade infantil ou na puberdade, à interrupção dos estudos dos jovens e, em muitos casos, ao desespero do suicídio. A falta de integração social nos países que os recebem expõe fortemente os refugiados à violência física e moral. No caso das mulheres e crianças refugiadas, isso acontece de forma ainda mais gritante.

O problema é dramaticamente crescente e, até aqui, de difícil solução a curto e médio prazo. O artigo destaca que a crescente evolução da violência e a situação de desamparo dos refugiados merecem um sinal de alerta. Como visto, a guerra Hamas/Israel, assim como a invasão da Ucrânia pela Rússia, o colapso da Síria, a violência no Haiti, a fome na Etiópia, a crise no Afeganistão, dentre tantas situações, é mais um exemplo de conflito que levará a mais uma onda de refugiados e, inevitavelmente, ao brutal derramamento de sangue de muitos inocentes.

Referências

ADMASU, Yeshwas et al. *A multi-country analysis of multidimensional poverty in contexts of forced displacement. Policy research working paper 9826*, Washington, DC: World Bank, 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/492181635479693932/pdf/A-Multi-Country-Analysis-of-Multidimensional-Poverty-in-Contexts-of-Forced-Displacement.pdf> . Acesso em: 08 set. 2023.

AGIER, Michel. *The refugee experience today*. Cambridge: Polity Press, 2008.

ALBRECHT, Clara; PÉREZ, Maria Hofbauer; STITTENEDER, Tanja. *The integration challenges of female refugees and migrants: where do we stand? CESifo Forum*, vol.22, p.39-46, 02/2021.

ALMODÓVAR-RETEGUIS, Nayda L. *Where in the world do women still face legal barriers to own and administer assets?*, World Bank Blogs. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/opendata/where-world-do-women-still-face-legal-barriers-own-and-administer-assets#:~:text=For%20example%2C%20in%20South%20Asia,rights%20for%20sons%20and%20daughters>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BINUH – United Nations Integrated Office in Haiti; OHCHR – Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. *Sexual violence in Port-au-Prince: a weapon used by gangs to instill fear*, 2022. Disponível em: <https://haiti.un.org/en/203684-sexual-violence-port-au-prince-weapon-used-gangs-instill-fear> . Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 1.973, 01 de agosto de 1996*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm . Acesso em: 01 jul. 2023.

DRYDEN-PETERSON, Sarah. *The politics of higher education for refugees in a global movement for primary education*. *Refuge*, vol. 27, no. 2, p.10-18, 2010. Disponível em: <https://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/issue/view/1973> . Acesso em: 09 set. 2023.

ELNAKIB, Shatha; METZLER, Janna. *A scoping review of FGM in humanitarian settings: an overlooked phenomenon with lifelong consequences*. *Conflict and health*, no. 16, artigo 49, p.1-12, 2022. <https://doi.org/10.1186/s13031-022-00479-5>

FREEDMAN, Jane. *Sexual and gender-based violence against refugee women: a hidden aspect of the refugee "crisis"*. *Reproductive health matters*, vol. 24, no. 47, p.18-26, 2016.

HOROWITZ, Jason; STEVIS-GRIDNEFF, Matina; KITSANTONIS, Niki. *Greek coast guard under scrutiny for response to migrant mass drowning*. *New York Times*, 19 jun. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/06/19/world/europe/greece-migrants-ship-sinking.html> . Acesso em: 23 ago. 2023.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre. *Women and girls in internal displacement*. IDMC, 2020. Disponível em: <https://www.humanitarianlibrary.org/sites/default/files/2021/04/202003-twice-invisible-internally-displaced-women.pdf> . Acesso em: 02 jul. 2023. <https://doi.org/10.1016/j.rhm.2016.05.003>

IDMC - Internal Displacement Monitoring Centre; NRC - Norwegian Refugee Council. *Grid 2023 – Internal displacement and food security*. Geneva: IDMC, 2023. Disponível em: https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/IDMC_GRID_2023_Global_Report_on_Internal_Displacement_LR.pdf . Acesso em: 13 set. 2023.

IDRIS, Iffat. *Effectiveness of various refugee settlement approaches*. University of Birmingham, 2017. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/13363/223%20Effectiveness%20of%20Various%20Refugee%20Settlement%20Approaches.pdf?isAllowed=y&sequence=1>. Acesso em: 08 set. 2023.

IOM – International Organization for Migration. *Displacement Tracking Matrix. Internal displacement report. Displaced population in host communities as of 31 august 2022*, 2022. Disponível em: https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbd1461/files/reports/IOM%20DTM_Baseline_HC_Update_01.09.2022_EN_20221021.pdf . Acesso em: 08 out. 2023.

KABIR, Raiyan; KLUGMAN, Jeni. *Unlocking refugee women's potential*, GIWPS; IRC, 2019. Disponível em: <https://giwps.georgetown.edu/wp-content/uploads/2019/07/Unlocking-Refugee-Womens-Potential.pdf> . Acesso em 02 set. 2023.

KENNEDY, Jim. *Challenging camp design guidelines*. *Forced Migration Review*, Vol. 23, 2005, p. 46-47. Disponível em: <https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/europe/kennedy.pdf> . Acesso em: 06 set. 2023.

MACPHAIL, Bruce et al. *How to promote gender-based violence prevention and services in Haiti*. *World Bank Blogs*, 2023. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/latinamerica/how-promote-gender-based-violence-prevention-and-services-haiti> . Acesso em: 13 set. 2023.

MEDECINS SANS FRONTIERES. *Self-harm and attempted suicides increasing for child refugees in Lesbos*, MSF, 2018. Disponível em: <https://www.msf.org/child-refugees-lesbos-are-increasingly-self-harming-and-attempting-suicide> . Acesso em 08 set. 2023.

MELNIKAS, Andrea. *Child marriage practices among the Rohingya in Bangladesh*. *Conflict and health*, vol. 28, 14, p.1-12, 2020. <https://doi.org/10.1186/s13031-020-00274-0> Acesso em: 19 jul. 2023.

MITIKE, Getnet; DERESSA, Wakgari. *Prevalence and associated factors of female genital mutilation among Somali refugees in eastern Ethiopia: a cross-sectional study*. *BMC Public Health*, no. 9, artigo 264, 2009. Disponível em: <https://bmcpubhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/1471-2458-9-264> . Acesso em: 26 jul. 2009.

MIYAMOTO, James. *Refugiados: (re)territorialidade e perspectivas*. *Oculum Ensaios*, [S. l.], v. 20, p. 1–19, 2023. DOI: 10.24220/2318-0919v20e2023a5255. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/5255>. Acesso em: 06 set. 2023.

MOLNAR, Petra. *Inside new refugee camp like a 'prison': Greece and other countries prioritize surveillance over human rights*. *The Conversation*, 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/inside-new-refugee-camp-like-a-prison-greece-and-other-countries-prioritize-surveillance-over-human-rights-168354> . Acesso em: 17 ago. 2023.

MOURTADA, Rima; SCHLECHT, Jennifer; DeJONG, Jocelyn. *A qualitative study exploring child marriage practices among Syrian conflict-affected populations in Lebanon*. *Conflict and health*, vol. 11, 6, p.55-65, 2017. DOI 10.1186/s13031-017-0131-z . Acesso em: 19 jul. 2023.

REFUGEES INTERNATIONAL. *Somali refugees: protecting their rights in cities*, Washington D.C.: *Refugees International*, [4], p.1-4, 2010. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/4c2c3fcc2.pdf> . Acesso em: 02 set. 2023.

STATISTA. *Ranking of the major source countries of refugees as of 2022*, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/272999/refugees-by-source-country/> . Acesso em: 09 set. 2023.

SIEGFRIED, K. *Alternatives to refugee camps: can policy become practice?* *The New Humanitarian*, 2014. Disponível em: <https://www.thenewhumanitarian.org/analysis/2014/10/07/alternatives-refugee-camps-can-policy-become-practice>. Acesso em: 07 set. 2023.

SINGER, Merrill. *A dose of drugs, a touch of violence, a case of AIDS: conceptualizing the SAVA syndemic*. *Free Inquiry – Gangs, Drugs & Violence*, vol. 24, no. 2, nov./1996, p.99-110.

SYDNEY, Chloe; O'CONNOR, Alesia. *Displacemente severity: Assessing the severity of displacement situations: data gaps and ways forward*. IDMC-Internal Displacement Monitoring Centre: 2022. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/publications/assessing-the-severity-of-displacement-situations-data-gaps-and-ways-forward> . Acesso em 05 out. 2023.

UN-United Nations. *Human rights, mass exoduses and displaced persons*. New York: UN, 1998.

UNFPA-United Nations Population Fund; AUB-American University of Beirut; SAWA for Development and Aid. *The prevalence of early marriage and key determinants among Syrian refugee girls/women*. Beirut, 2016. Disponível em: <https://lebanon.unfpa.org/en/publications/prevalence-early-marriage-and-its-key-determinants-among-syrian-refugee-girlswomen> . Acesso em: 19 jul. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Convention and Protocol relating to the status of refugees*. UNHCR, 1966. Disponível em: <https://www.unhcr.org/3b66c2aa10> . Acesso em: 22 out. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Guidance note on refugee claims relating to female genital mutilation*. Genebra: UNHCR, 2009. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/4a0c28492.pdf> . Acesso em: 26 jul. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Woman Alone. The fight for survival by Syria's refugee women*. Genebra: UNHCR, 2014. Disponível em: <https://www.refworld.org/pdfid/53be84aa4.pdf> . Acesso em: 07 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Camp strategy guidance (planned settlements)*. In: UNHCR Emergency Handbook, UNHCR, 4ªed., 2015. Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/entry/36256/camp-strategy-guidance-planned-settlements> . Acesso em: 08 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Camp planning standard (planned settlements)*. In: UNHCR Emergency Handbook, UNHCR, 4ªed., 2015a. Disponível em: <https://emergency.unhcr.org/entry/45582/camp-planning-standards-planned-settlements> . Acesso em: 08 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees; UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund; IOM - International Organization for Migration. *Access to education for refugee and migrant children in Europe*. UNHCR; UNICEF; IOM, p.1-16, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/neu/wp-content/uploads/sites/15/2019/09/Access-to-education-europe-19.pdf> . Acesso em: 07 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Stepping up. Refugee education*, UNHCR, p.1-56, 2019b. Disponível em: <https://www.unhcr.org/steppingup/wp-content/uploads/sites/76/2019/09/Education-Report-2019-Final-web-9.pdf> . Acesso em: 25 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Global Trends: forced displacement in 2019*. [S.l.]: UNHCR, UNHCR, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf> . Acesso em: 15 out. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees; UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund; IOM - International Organization for Migration. *Refugee and migrant children in Europe accompanied, unaccompanied and separated*. Overview of trends: January to December 2021, 2022. Disponível em <https://data.unhcr.org/en/documents/details/94351> . Acesso em: 09 set. 2023.

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees. *Global Trends. Forced displacement in 2022*, UNHCR, 2023. Disponível em: <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2022> . Acesso em: 02 out. 2023.

UNICEF - United Nations International Children's Emergency Fund. *Eleven children die every week attempting to cross the Central Mediterranean Sea migration route*. New York: UNICEF, 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/eca/press-releases/eleven-children-die-every-week-attempting-cross-central-mediterranean-sea-migration> . Acesso em: 23 set. 2023.

WEISS, Thomas; KORN, David. *Conceptualization and its consequences*. New York: Routledge, 2006.

WHO - World Health Organization. *Violence against women prevalence estimates, 2018*. WHO, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/james/Downloads/WHO-SRH-21.6-eng.pdf> . Acesso em: 01 jul. 2023.

WORLD BANK. *Women, business and the law 2022*, Washington D.C.: World Bank, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/36945> . Acesso em: 20 ago. 2023.